

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	828.812
Preferenciais	0
Total	828.812
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.032.428	1.048.600
1.01	Ativo Circulante	116.125	126.154
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.478	76.391
1.01.03	Contas a Receber	32.597	34.473
1.01.03.01	Clientes	32.597	34.473
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.163	1.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.163	1.876
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.782	10.769
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.105	2.645
1.01.08.03	Outros	3.105	2.645
1.02	Ativo Não Circulante	916.303	922.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.154	6.947
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.154	6.947
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	5.521	5.314
1.02.01.10.04	Outros Ativos	1.633	1.633
1.02.03	Imobilizado	2.904	3.519
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.161	2.561
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	743	958
1.02.03.02.01	Ativo de direito de Uso	743	958
1.02.04	Intangível	906.245	911.980

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.032.428	1.048.600
2.01	Passivo Circulante	223.018	272.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.485	27.312
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.485	27.312
2.01.02	Fornecedores	100.522	113.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.421	11.512
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.421	11.512
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	227	1.171
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	10.194	10.341
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.517	88.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.785	87.657
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	732	841
2.01.04.03.01	Valore a pgar de Arrendamento Mercantil	732	841
2.01.05	Outras Obrigações	15.942	31.849
2.01.05.02	Outros	15.942	31.849
2.01.05.02.04	Verba de Fiscalização	746	739
2.01.05.02.05	Outros Passivos	13.023	13.896
2.01.05.02.06	Valores a pagar à ANTT	2.173	17.214
2.01.06	Provisões	131	131
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	131	131
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	131	131
2.02	Passivo Não Circulante	31.635	38.152
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.478	31.612
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.467	31.495
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	11	117
2.02.01.03.01	Valore a pgar de Arrendamento Mercantil	11	117
2.02.02	Outras Obrigações	3.761	4.190
2.02.02.02	Outros	3.761	4.190
2.02.02.02.04	Valores a pagar à ANTT	3.761	4.190
2.02.04	Provisões	2.396	2.350
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.396	2.350
2.03	Patrimônio Líquido	777.775	738.146
2.03.01	Capital Social Realizado	991.207	991.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-213.432	-253.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.661	110.369
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.673	-83.623
3.03	Resultado Bruto	21.988	26.746
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	20.050	-12.212
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.652	-12.236
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.414	-12.002
3.04.02.02	Honorarios dos Administradores	-238	-234
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	26.669	0
3.04.03.01	Reversão para perdas por impairment	26.669	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	24
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.038	14.534
3.06	Resultado Financeiro	203	-11.860
3.06.01	Receitas Financeiras	5.172	1.181
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.969	-13.041
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.241	2.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.612	3.653
3.08.01	Corrente	-2.612	-1.067
3.08.02	Diferido	0	4.720
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.629	6.327
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	39.629	6.327
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,048	0,008

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	39.629	6.327
4.03	Resultado Abrangente do Período	39.629	6.327

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.178	48.845
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.490	54.168
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	42.241	2.674
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	32.821	38.631
6.01.01.03	Provisão para Contingências	41	0
6.01.01.04	Provisão para Manutenções	0	1.076
6.01.01.05	Juros, Variações monetárias e cambiais, liquido	3.493	5.075
6.01.01.06	Apropriação do custo de transação	183	21
6.01.01.07	AVP da provisão para investimento da rodovia	0	6.260
6.01.01.08	AVP Arrendamento Mercantil	19	36
6.01.01.09	Atualização e Multas ANTT	162	474
6.01.01.11	Baixa Imobilizado	199	0
6.01.01.12	Margem de Lucro de Construção	0	-79
6.01.01.13	Reversão para perdas por Impairment	-26.669	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.332	1.239
6.01.02.01	Contas a receber	1.876	-2.424
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-287	-366
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	1.987	816
6.01.02.05	Outros Ativos	-667	245
6.01.02.06	Fornecedores	-12.478	3.136
6.01.02.07	Direito de uso pagos	-234	-226
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-827	1.120
6.01.02.09	Tributos a recolher	-1.091	-65
6.01.02.11	Outros passivos	-16.611	-997
6.01.03	Outros	-5.980	-6.562
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos	-3.368	-5.495
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.612	-1.067
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-5.174
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	0	-118
6.02.02	Aquisições de bens do ativo intangível	0	-5.056
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.091	-48.511
6.03.01	Pagamentos e Empréstimos	-25.091	-48.511
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.913	-4.840
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.391	36.182
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.478	31.342

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	991.207	0	0	-253.061	0	738.146
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	991.207	0	0	-253.061	0	738.146
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.629	0	39.629
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.629	0	39.629
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	991.207	0	0	-213.432	0	777.775

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	991.207	0	0	-332.369	0	658.838
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	991.207	0	0	-332.369	0	658.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.327	0	6.327
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.327	0	6.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	991.207	0	0	-326.042	0	665.165

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	122.229	120.394
7.01.02	Outras Receitas	122.229	120.394
7.01.02.01	Receitas de Pedágio e Acessórias	122.229	116.384
7.01.02.02	Receita de Construção	0	4.010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.825	-43.405
7.02.04	Outros	-26.825	-43.405
7.02.04.01	Custo de Serviço de Construção	0	-3.931
7.02.04.02	Custo de Concessão	-47.747	-32.434
7.02.04.03	Outras	-5.747	-7.040
7.02.04.04	Reversão para perdas de Impairment	26.669	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.404	76.989
7.04	Retenções	-32.821	-38.631
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.821	-38.631
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.583	38.358
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.205	1.205
7.06.02	Receitas Financeiras	5.172	1.181
7.06.03	Outros	33	24
7.06.03.01	Outras Receitas	33	24
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.788	39.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	67.788	39.563
7.08.01	Pessoal	10.194	10.508
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.677	6.847
7.08.01.02	Benefícios	2.354	2.762
7.08.01.04	Outros	1.163	899
7.08.01.04.01	Honorário da Diretoria	238	234
7.08.01.04.02	Encargos Sociais (Exceto INSS)	468	527
7.08.01.04.03	Despesas com desligamento	416	124
7.08.01.04.04	Outros	41	14
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.759	8.783
7.08.02.01	Federais	8.707	2.433
7.08.02.03	Municipais	3.052	6.350
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.206	13.945
7.08.03.01	Juros	4.969	13.041
7.08.03.02	Aluguéis	1.237	904
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.629	6.327
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.629	6.327

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1º trimestre 2025

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

1.2. Introdução

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a Viabahia tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1 km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2 km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3 km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0 km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

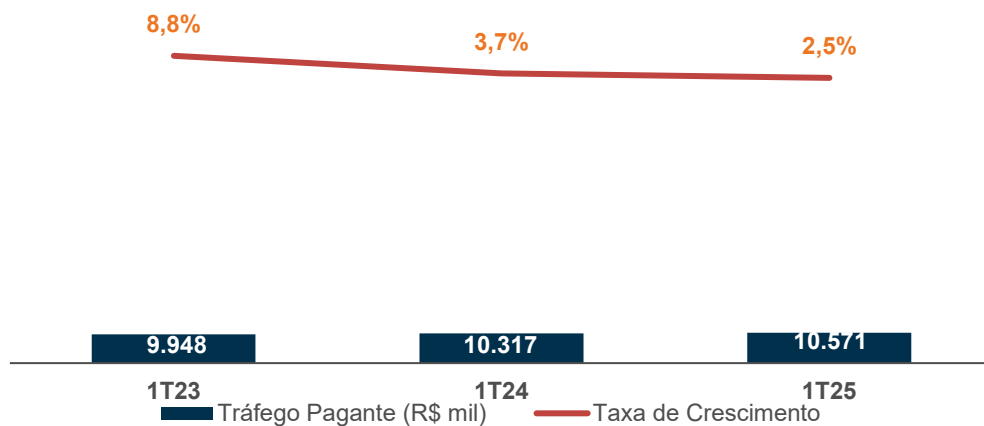
Comentário do Desempenho

2. Tráfego e Arrecadação

As tarifas de pedágio cobradas pela Viabahia Concessionaria de Rodovias S.A. são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atualmente, as tarifas de pedágio cobradas nas praças de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 correspondem a R\$ 3,50 e R\$ 6,10 respectivamente, conforme Deliberação Nº 450 de 25 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023.

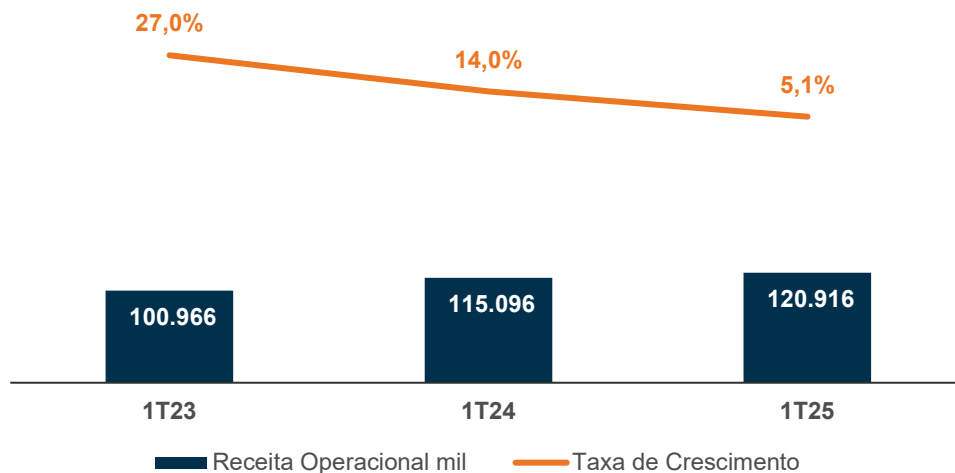
Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 1T25, registrou-se 10,5 milhões de veículos pagantes contra 10,3 milhões em comparação ao 1T24, um aumento de 2,5%, devido ao aumento do tráfego leves e pesados impulsionado pela atividade econômica.

Evolução Tráfego Pagante (R\$ mil)



A arrecadação de pedágio no 1T2025 foi de R\$ 120,9 milhões, comparado ao 1T2024, R\$ 115,0 houve um aumento de 5,1%, decorrente do aumento do tráfego.

Evolução Faturamento



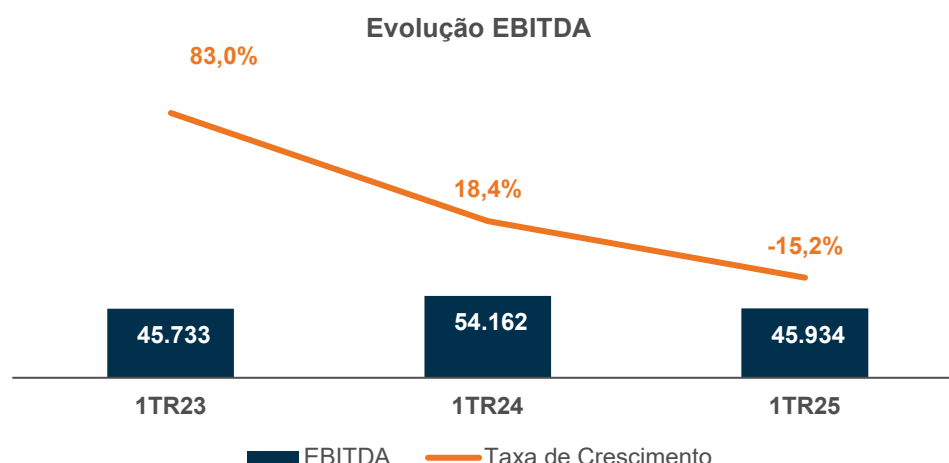
Comentário do Desempenho

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	1T23	1T24	1T25	Var% 1T25/1T24
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	107.021	120.394	122.229	1,5%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	102.150	116.384	122.229	5,0%
- Receitas com Pedágio	100.966	115.096	120.916	5,1%
- Receitas Acessórias	1.184	1.288	1.313	1,9%
- Receita de Construção (IFRS)	4.871	4.010	-	<100,0%
Tributos sobre serviços da Operação	(8.811)	(10.025)	(10.568)	5,4%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	93.339	106.359	111.661	5,0%
(+) Receita de Construção (IFRS)	4.871	4.010	-	<100,0%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	98.210	110.369	111.661	1,2%
Custos Operacionais	(80.455)	(83.623)	(89.673)	7,2%
- Custos de Manutenção	(13.551)	(15.031)	(30.081)	>100,0%
- Provisão de Manutenção	(1.076)	(1.076)	-	<100,0%
- Custos de Operação	(22.961)	(24.641)	(26.856)	9,0%
- Custos de Monitoração	(171)	(523)	(61)	-88,3%
- Custo de Construção (IFRS)	(4.776)	(3.931)	-	<100,0%
- Depreciação e Amortização	(37.920)	(38.421)	(32.675)	-15,0%
Lucro Bruto	17.755	26.746	21.988	-17,8%
- Despesas Administrativas e Outras	(10.168)	(12.002)	(6.473)	-46,1%
- Depreciação e Amortização	(228)	(210)	(146)	-30,5%
- Reversão Perda por Impairment	-	-	26.669	>100%
EBIT	7.359	14.534	42.038	>100%
(+) Depreciação e Amortização	38.148	38.631	32.821	-15,0%
EBTIDA	45.507	53.165	74.859	40,8%
Ajustes	226	997	28.925	>100%
- Receita de Construção (IFRS)	(4.871)	(4.010)	-	<100,0%
- Custo de Construção (IFRS)	4.776	3.931	-	<100,0%
- Provisão de Manutenção	1.076	1.076	-	<100,0%
-Provisão Contingências	(755)	-	41	>100%
- Reversão Perda por Impairment	-	-	(26.669)	>100%
-Reversão Custos do encerramento	-	-	(2.297)	>100%
Valor EBITDA ajustado	45.733	54.162	45.934	-15,2%
Margem do EBITDA ajustado	49,0%	50,9%	41,11%	-19,2%
Resultado Financeiro Líquido	(14.914)	(11.860)	203	>100%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CS	(7.555)	2.674	42.241	>100%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e corrente	4.255	3.653	(2.612)	<100%
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	(3.300)	6.327	39.629	>100%

- I. 5,1% de aumento da Receita Bruta de Pedágio no 1T2025 comparada ao montante registrado no 1T2024, decorrente do aumento da receita de pedágio e do tráfego.
- II. Custos e despesas no 1T25 apresentam um aumento de 19,4% frente aos valores do 1T24, impactado principalmente por maior gasto com manutenção, conservação e operação da rodovia.
- III. Resultado operacional 15,2% abaixo em relação ao 1T24, impactado principalmente maior gasto com manutenção, conservação e operação da rodovia.
- IV. Resultado financeiro positivo, considerando-se o desconto obtido no programa Desenrola, referente aos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT.

Comentário do Desempenho



4. Investimentos

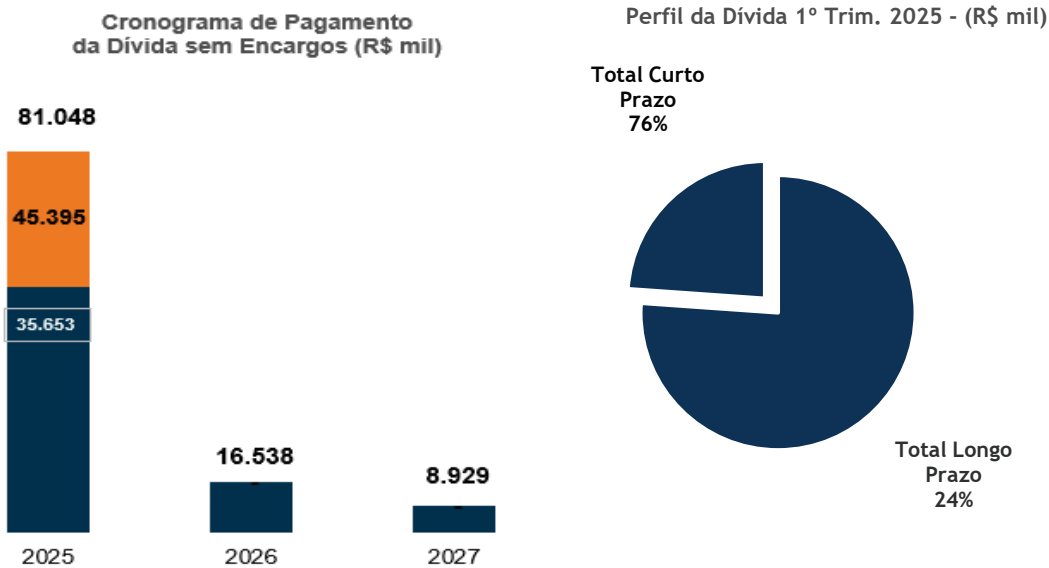
A Companhia encontra-se no 16º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até março de 2025 foi de R\$ 2.179.866, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

5. Endividamento

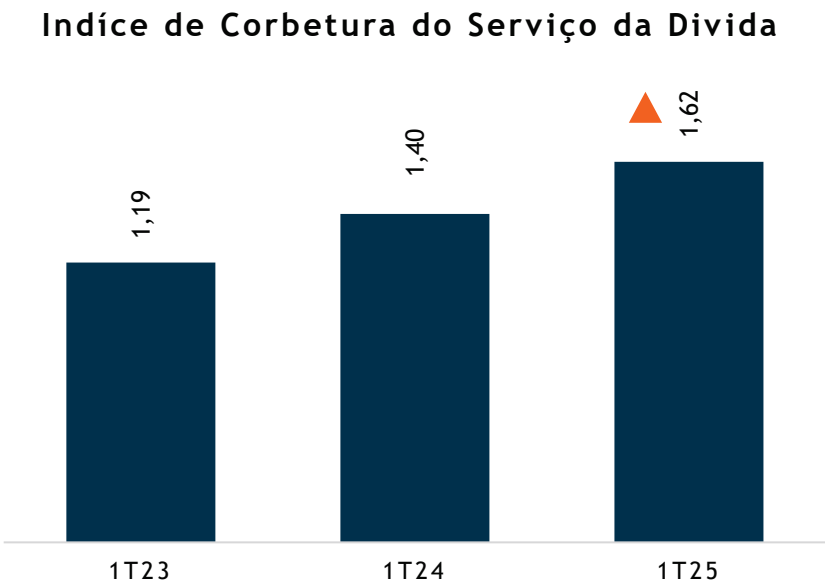
A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Mar_25
BNDES	TJLP + 2,16%	47.458
HAITONG	TJLP + 5,20%	5.144
Votorantim	TJLP + 5,55%	5.080
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	3.438
Notas Comerciais (a)	CDI + Spread 1,95% a.a.	45.395
Total Saldo Dívida Financeira		106.515

Comentário do Desempenho



(a) Em 10 de maio de 2024 ocorreu a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da companhia no valor de R\$ 60.000, com prazo de 19 meses com carência de 7 meses com pagamento de juros, amortização do principal em 12 parcelas a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025;



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela Viabahia. O índice no 1T25 foi de 1,62 comparado a 1,40 x do 1T24. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais.

A Administração mantém-se próximo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Comentário do Desempenho

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,9 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 92,8% já foram amortizados.

Em 30 de abril 2025 foram liquidados todos financiamentos junto aos Bancos BNDES, Votorantim, Haitong, ABC e Bradesco no valor total de R\$ 98.493.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 162 de 13 de julho de 2022, a Companhia informa que, no trimestre findo em 31/03/2025 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da Viabahia Concessionárias de Rodovias S.A. apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independente.

Declaração da Diretoria

A diretoria da Viabahia Concessionárias de Rodovias S.A., declara nos termos dos do artigo 27 parágrafo 1, V e VI da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 80, de 29 de março de 2022, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 15 de maio de 2025.

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José Antonio Labarra Blanco
Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

Notas Explicativas da Viabahia CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Para o trimestre findo em 31 de março de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da ViaBahia passou a ser detido pela Roadis Participações na ViaBahia Ltda.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

- imediatamente após a conclusão das obras iniciais;
- **Duplicação condicionada:** realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
 - **Obras obrigatórias:** são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro de 2019.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia registrou lucro líquido no montante de R\$ 39.630 (R\$ 6.327 em 31 de março de 2024) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 106.893 (R\$ 146.148 em 31 de dezembro de 2024).

a. Solicitação de reequilíbrio do Contrato de Concessão

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da Cláusula 16.5.1.

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento. Em 10 de agosto 2022, foi publicada pelo STJ/DF decisão unanime que mantém a eficácia, da decisão do Desembargador Federal Relator do TRF1 proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 1044709-06.2021.4.01.0000. Reestabelecendo os valores das tarifas de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10.

Na data de 09 de novembro de 2023, a ANTT protocolou no Tribunal de Contas da União ("TCU") uma Solicitação de Solução de Consenso (SSC) para questões referentes ao contrato de concessão da Viabahia. O próximo passo seria a análise, pelo TCU da admissibilidade da SSC, conforme Instrução Normativa nº 91/2022.

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

Foi publicada no Diário Oficial da União em 26 dezembro de 2023, a Deliberação nº 450/2023 da Diretoria Colegiada da ANTT, de 25 de julho daquele ano, aumentando a tarifa de pedágio de R\$ 5,90 para R\$ 6,10, na BR 116 e de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 na BR 324. O reajuste reflete a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em conformidade com o Contrato de Concessão.

Em 29 de abril de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União a constituição da Comissão de Solução Consensual para no prazo de noventa dias apresentar relatório sobre a solução de controvérsia tratada no âmbito do processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão Edital nº 001/2008 das Rodovias federais BR116/324/BA e Estaduais BA-526/528.

Foi retomado os trabalhos da Comissão para conclusão do relatório, tendo em vista a suspensão das atividades da Comissão de Solução Consensual do presente processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão Edital nº 001/2008 das Rodovias federais BR116/324/BA e Estaduais BA-526/528 no período compreendido entre a publicação do Decreto 12.091/2024 (04/07/2024) e do Decreto 12.119/2024 (26/07/2024).

A comissão era integrada por representantes do TCU, Ministério dos Transportes, ANTT e da Viabahia.

b. Equacionamento dos gastos com investimentos na infraestrutura de concessão

A Companhia encontra-se no 16º ano do seu contrato de concessão com a ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até 31 de março de 2025 foi de R\$ 2.179.866, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

c. Solução consensual

A Companhia alcançou uma solução consensual junto ao Ministério dos Transportes, a ANTT e o TCU tendo por objeto as concessões da BR 116, BR 324, BA 526 e BA 528 (“Concessões”).

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

No dia 5 de fevereiro de 2025, o TCU decidiu, em sessão plenária, pela homologação do acordo que determina o encerramento do contrato de concessão firmado para a administração e operação das rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528.

Foi formalizado no dia 16 de abril de 2025 o termo aditivo ao contrato, estabelecendo um período de transição que se encerrará às 23:59h do dia 14 de maio de 2025, quando a gestão das rodovias será transferida para o DNIT. Durante esse período, a Viabahia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio, assegurando condições seguras e funcionais de mobilidade.

Indenização e compensações

Como parte do Termo de Autocomposição para encerramento consensual do contrato de concessão para exploração das rodovias BR116/324 e BA526/528 (“Termo de autocomposição”), a União pagará à Viabahia um ajuste financeiro de R\$ 892.236:

As verbas indenizatórias têm como objetivo restaurar o patrimônio da Companhia, sem aumentá-lo, especialmente no que se refere aos investimentos não amortizados, cujos montantes visam cobrir os gastos excessivos que foram necessários para o cumprimento do contrato de concessão.

O Termo de Autocomposição estabelece:

- A Viabahia deve cumprir o plano de transição operacional estabelecido em conjunto com a ANTT e DNIT, mantendo a suspensão dos investimentos, exceto as obrigações de operação e conservação da rodovia até o encerramento do contrato. Diante disso a Companhia continuará arrecadar a tarifa de pedágio, de modo que possa cumprir suas responsabilidades de assegurar que a rodovia ofereça em condições seguras e funcionais até o momento da extinção do contrato e reversão dos bens ao Poder Concedente;
- Serão encerrados todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais atualmente abertos decorrente de pleitos e litígios entre a Viabahia e ANTT;
- A ANTT será responsável por extinguir processos administrativos sancionatórios, exceto multas inscritas em Dívida Ativa, que deverão ser quitadas pela concessionária; e

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

- O Poder Público será responsável por atuar e extinguir os processos judiciais, extrajudiciais e procedimentos administrativos em curso nos quais se discuta o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da Concessionaria e arcar com eventuais custos.

Com a descontinuidade do contrato de concessão, a empresa encerrará as atividades de exploração das rodovias e reverterá os bens ao Poder Concedente, conforme os termos estabelecidos para extinção Consensual nº 04/2024 e nas normativas aplicáveis. Com o resultado a Viabahia registrou em suas informações contábeis intermediárias os impactos previstos do acordo.

Em função do acordo, as informações contábeis intermediárias findas em 31 de março de 2025 refletem o processo de descontinuidade das operações relacionadas a concessão, incluindo a reversão de ativos intangíveis não amortizáveis, impacto das obrigações e encargos relacionados à transição para o DNIT.

Esse processo está sendo realizado em conformidade com o plano de transição estabelecido com a ANTT e o DNIT, que inclui a continuidade da arrecadação das tarifas de pedágio até a transferência da gestão para o DNIT. Durante esse período, a Viabahia continuará responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias, incluindo a administração das praças de pedágio, assegurando condições seguras e funcionais de mobilidade.

O impacto financeiro resultante do encerramento do contrato de concessão foi avaliado e ajustado de acordo com as normas contábeis aplicáveis, e os efeitos da transição serão acompanhados até a efetiva reversão das rodovias e a conclusão do processo de encerramento da concessão.

Em 14 de maio de 2025, às 23h59, foi encerrado o contrato de concessão mantido pela Companhia. A efetiva transferência da operação das rodovias federais e estaduais ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) ocorrerá em conformidade com os termos estabelecidos no encerramento contratual. Após essa transferência, os acionistas da Companhia avaliarão as alternativas e possibilidades para as futuras atividades e operação.

1.2 Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de

Notas Explicativas
VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de março de 2025, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas em 31 de março de 2025.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.12 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

A conclusão destas informações contábeis intermediárias, foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.989	2.353
Aplicações financeiras de liquidez imediata	67.489	74.038
Total	69.478	76.391

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

As aplicações financeiras em CDB correspondem às operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro 2024).

4. Contas a receber

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	24.389	22.164
Greenpass	2.705	3.012
Alelo	2.203	2.564
ConectCar	2.278	2.363
Move Mais	757	518
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	-	406
Visa vale pedágio	-	122
Outros (i)	1.767	4.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.502)	(1.502)
Total	32.597	34.473

(i) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, TPE Transmissora Paraíso de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais e Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 24.389 (R\$ 22.164 em 31 de dezembro 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de março de 2025, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para perda esperada em crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

5. Despesas antecipadas

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Seguros (i)	6.790	8.708
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	901	921
Outras despesas (iii)	1.091	1.140
Total	8.782	10.769

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

(iii) Composto substancialmente pelas garantias dadas e atreladas a processos judiciais que totalizam R\$ 1.000 mil

6. Honorários da Administração

Os honorários dos administradores da Companhia para o período de três meses findo

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

em 31 de março de 2025 foi de R\$ 238 (R\$ 234 em 31 de março de 2024), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	486	973	1.010	567	18	-	1.171	-	120	4.345
Aquisições	-	61	14	43	-	-	521	-	-	639
Transferência/reclassificação	-	-	92	16	-	-	-	-	(108)	-
Depreciação	(48)	(60)	(127)	(26)	(1)	-	(190)	-	-	(452)
Saldo contábil, líquido	438	974	989	600	17	-	1.502	-	12	4.532
Em 31 de março de 2024										
Custo	2.108	4.799	5.752	2.631	72	73	4.643	389	12	20.479
Depreciação acumulada	(1.670)	(3.825)	(4.763)	(2.031)	(55)	(73)	(3.141)	(389)	-	(15.947)
Saldo contábil, líquido	438	974	989	600	17	-	1.502	-	12	4.532
Saldo em 31 de dezembro de 2024	295	867	814	562	14	-	958	-	9	3.519
Saldo inicial	295	867	814	562	14	-	958	-	9	3.519
Transferência	-	-	-	-	9	-	-	-	(9)	-
Baixa	(384)	(2.218)	(2.349)	(1.048)	(72)	(73)	-	(381)	-	(6.525)
Depreciação	(48)	(45)	(83)	(25)	-	-	(215)	-	-	(416)
Baixa Depreciação	384	2.118	2.314	1.007	49	73	-	381	-	6.326
Saldo contábil, líquido	247	722	696	496	-	-	743	-	-	2.904
Saldo em 31 de março de 2025										
Custo	2.108	4.870	5.967	2.675	72	73	4.720	389	9	20.883
Baixa	(384)	(2.218)	(2.349)	(1.048)	(72)	(73)	-	(381)	(9)	(6.534)
Depreciação acumulada	(1.861)	(4.048)	(5.236)	(2.138)	(50)	(73)	(3.977)	(389)	-	(17.772)
Baixa liquidas das reversões	384	2.118	2.314	1.007	50	73	-	381	-	6.327
Saldo contábil, líquido	247	722	696	496	-	-	743	-	-	2.904
Taxas médias anuais depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10	-	-

Notas Explicativas

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Construção da infraestrutura			Softwares	Intangível em formação	Bens Revers. Indenizáveis (i)	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos				
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	949.926	120.975	531.183	57	5.694	-	1.607.835
Reclassificação	629	173	-	-	(802)	-	-
Realização da provisão de investimento	39.840	2.653	1.221	-	-	-	43.714
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(289)	-	(289)
Baixa da provisão de investimento	(40.469)	(2.826)	(1.221)	-	-	-	(44.516)
Reversão da provisão de investimento (i)	(374.626)	(67.256)	(74.735)	-	-	-	(516.617)
Amortização	121.331	23.061	(5.277)	(39)	-	-	139.077
Subtotal	696.631	76.780	451.171	18	4.603	-	1.229.203
Transferência (-) Impairment (iii)	(696.631)	(76.780)	(451.171)	(18)	(4.603)	1.229.203	-
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	(317.223)	(317.223)
	-	-	-	-	-	911.980	911.980
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	1.267.558	138.273	863.139	4.613	4.603	-	2.278.186
Amortização acumulada	(570.927)	(61.493)	(411.968)	(4.595)	-	-	(1.048.983)
Transferência (-) Impairment	(696.631)	(76.780)	(451.171)	(18)	(4.603)	1.229.203	-
	-	-	-	-	-	(317.223)	(317.223)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	911.980	911.980
Em 01 de janeiro de 2025							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	911.980	911.980
Amortização	-	-	-	-	-	(32.404)	(32.404)
(+)ReversãoPerda Impairment(iii)	-	-	-	-	-	26.669	26.669
Em 31 de março de 2025	-	-	-	-	-	906.245	906.245
Bens Reversíveis	-	-	-	-	-	1.229.203	1.229.203
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	(32.404)	(32.404)
(-) Impairment (ii)	-	-	-	-	-	(290.554)	(290.554)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	906.245	906.245

- (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o acordo de encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores registrados pela Companhia referentes a provisão de investimentos em ampliação e renovação da rodovia, que tem em contrapartida o ativo intangível, foram revertidos na sua totalidade.
- (ii) É composto pelos montantes de: R\$ 889.674 verbas indenizatórias; e R\$ 22.306 pelos bens reversíveis a serem amortizados até o final do prazo de devolução em 14 de maio de 2025.
- (iii) A análise de recuperabilidade foi realizada com base no valor justo dos ativos, tendo como premissa os valores de indenização a serem recebidos do Poder Concedente. Esse critério foi considerado o mais adequado, dada a fase avançada do processo de devolução da concessão, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Com isso, foi registrada uma provisão para perda no valor de R\$ 317.233 mil em dezembro 2024, comparada aos R\$ 290.554 mil contabilizados em março de 2025. A reversão parcial no valor de R\$ 26.669 da perda decorre do adiamento da data de transferência da operação para o DNIT, inicialmente prevista para 31/03/2025, e postergada para 14/05/2025.

8. Fornecedores

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Contas a pagar Encerramento SPE (i)	55.737	58.034
Contas a pagar aos fornecedores (ii)	36.343	47.708
Cauções contratuais (iii)	8.442	7.258
Total	100.522	113.000

- (i) Refere-se a provisão dos custos de encerramento da SPE, com todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais, conforme estabelecido no acordo de encerramento do Contrato de Concessão, vide Nota Explicativa 1.1.

- (ii) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (iii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

9. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/03/2025	31/12/2024
Moeda nacional					
BNDES (a)	TJLP + 2,16% a.a.	27.627	19.831	47.458	55.145
HAITONG (a)	TJLP + 5,2% a.a.	3.049	2.095	5.144	5.993
Votorantim (a)	TJLP + 5,55% a.a.	2.940	2.140	5.080	5.916
Banco ABC (a)	TJLP + 5,3% a.a.	2.037	1.401	3.438	4.006
Notas Comerciais (b)	CDI + Spread 1,95% a. a.	45.395	-	45.395	60.422
Subtotal		81.048	25.467	106.515	131.482
(-) Custos de transação (c)		(507)	-	(507)	(691)
(-) Títulos e valores mobiliários (d)		(11.756)	-	(11.756)	(11.639)
Total de empréstimos e financiamentos		68.785	25.467	94.252	119.152

- (a) **BNDES e Repassadores:** em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de março de 2025, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.909, com vencimento final em 2027. Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcredito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56,7 milhões para liquidação em maio 2023. Em 24 de abril de 2023, a Companhia celebrou o 6º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordada a postergação por 12 (doze) meses do Subcredito “E1. Em 15 de maio 2024, foi liquidado o Subcredito “E1 dos valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no montante de R\$ 60,2 milhões;
- (b) **Notas Comerciais:** em 10 de maio de 2024, ocorreu a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia no valor de R\$ 60.000, com prazo de 19 meses com carência de 7 meses com pagamento de juros, amortização do principal em 12 parcelas a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025;
- (c) **Custos de transação:** os custos incorridos na captação dos empréstimos e notas comerciais estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações;
- (d) **Garantias:** o financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, por meio de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. Em 31 de março de 2025, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 11.756 (R\$ 11.639 em 31 de dezembro 2024), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

9.1. Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e previstos no contrato de financiamento são os seguintes:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, tampouco pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2025.

9.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/03/2025
Até um ano	81.048
Acima de um ano e até dois anos	16.538
Acima de dois anos e até três anos	8.929
Total	106.515

9.3 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	150.410	70.233	220.643
Ingresso risco sacado	14.716	-	14.716
Encargos - Resultado	5.040	-	5.040
Transferências	9.912	(9.912)	-
Amortização Principal	(48.511)	-	(48.511)
Pagamentos de Juros	(5.495)	-	(5.495)
(-) Juros a apropriar	35	-	35
(-) Custos de transação	21	-	21
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(26)	-	(26)
Saldo em 31 de março de 2024	126.102	60.321	186.423
	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.657	31.495	119.152
Encargos - Resultado	3.493	-	3.493
Transferências	6.028	(6.028)	-
Amortização Principal	(25.091)	-	(25.091)
Pagamentos de Juros	(3.368)	-	(3.368)
(-) Custos de transação	183	-	183
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(117)	-	(117)
Saldo em 31 de março de 2025	68.785	25.467	94.252

10. Valores a pagar a ANTT

Em 2023, a Companhia possuía dezesseis processos com prognóstico de perda provável,

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

no valor nominal de R\$ 8.320. Em agosto de 2024, foram incluídos mais dois processos, no valor nominal de R\$ 1.705, perfazendo um total de dezoito processos com valor nominal de R\$ 10.025. Enquanto aguardava o deferimento da ANTT, a Companhia mantinha registrado o débito total dessas infrações, atualizado pela taxa SELIC, no montante de R\$ 22.985.

Conforme previsto na proposta da Comissão de Solução Consensual do processo TC 039.106/2023-3, referente ao Contrato de Concessão, Edital nº 001/2008 das Rodovias Federais BR-116/324/BA e estaduais BA-526/528, todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais serão encerrados, exceto as multas inscritas em dívida ativa. Em função disso, os processos com prognóstico de perda provável, no montante de R\$ 22.985, foram revertidos. No entanto, seis processos inscritos em dívida ativa, no montante de R\$ 15.093, que estavam em discussão judicial, foram incluídos na composição do acordo e devidamente registrados.

Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou o requerimento NUP.00407.074736/2024-27 de adesão a transação extraordinária ao Programa Desenrola, que trata o art. 22 da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, a Portaria Normativa AGU - Advocacia Geral da União nº 150, de 03 de outubro de 2024 e o edital por adesão, referente aos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT, incluindo todos os seis processos na dívida ativa da Companhia no montante de R\$ 15.093.

Em 27 de janeiro de 2025, foi publicado o despacho nº 00189/2025/09.08.1700/ENAC/PGF/AGU, processo NUP.00407.074736/2024-27, autorizando adesão ao Programa Desenrola, referente aos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT, com desconto de 49,24%, sobre o valor de R\$ 15.093, mediante pagamento no montante de R\$ 7.661 em parcela única até o último dia do mês, efetuado no dia 28 de janeiro de 2025.

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	21.404	25.544
Inclusão débito	-	1.705
Reversão outros débitos	-	(22.985)
Inclusão débito dívida ativa	-	15.093
Juros e multas de mora (i)	162	4.086
Desconto Programa Desenrola	(7.432)	-
Pagamento Programa Desenrola	(7.661)	-

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento Parcelamento	(539)	(2.039)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	5.934	21.404
Circulante	2.173	17.214
Não circulante	3.761	4.190

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de março de 2025.

11. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. Em 31 de março de 2025 o montante mensal pago foi de R\$ 2.237 (R\$ 2.601 em 31 de março de 2024), sendo esse pagamento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de março de 2025 é de R\$ 746 (R\$ 739 em 31 de dezembro de 2024).

12. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 9,1% a.a.

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos iniciais	841	117	958
Utilização	(234)	-	(234)
Transferência	106	(106)	-
AVP	19	-	19
Saldos finais	732	11	743

13. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social integralizado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 é de R\$ 991.207, e está representado por 828.812.035 ações ordinárias e sem valor nominal.

	Em milhares de ações ordinárias			
	31/03/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	828.812.034	99,999	828.812.034	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda.	1	0,001	1	0,001
	828.812.035	100	828.812.035	100

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

Durante o primeiro trimestre 2025, a Companhia apurou um montante de R\$ 2.611, referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

14. Receita líquida

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	26.094	29.594
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	94.430	76.818
Visa Vale (iii)	339	6.333
DBTRANS (iii)	37	2.326
Sobras de arrecadação	16	25
Total receitas com pedágio	120.916	115.096
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	1.313	1.288
Total Receitas extraordinárias	1.313	1.288
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	-	4.010
Total receitas de construção	-	4.010
(-) ISS	(6.087)	(5.775)
(-) PIS	(798)	(757)
(-) COFINS	(3.683)	(3.493)
Tributos sobre serviços da operação	(10.568)	(10.025)
Total	111.661	110.369

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais por meio de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas por meio do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

15. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Custos de conservação:		
Serviços de terceiros (i)	(28.005)	(13.601)
Material, equipamentos e veículos	(1.324)	(793)
Custos com pessoal	(623)	(534)
Manutenção	-	(1.076)
Outros gastos conservação	(129)	(103)
	(30.081)	(16.107)
Custos de operação:		
Depreciação e amortização	(32.461)	(31.417)
Serviços de terceiros (ii)	(10.803)	(9.179)
Custos com pessoal	(7.282)	(7.158)
Material, equipamentos e veículos	(3.468)	(3.412)
Verba de fiscalização (nota nº 14)	(2.237)	(2.601)
Seguros	(1.841)	(1.206)
Amortização Arrendamento	(214)	(190)
Amortização provisão de Investimento	-	(6.814)
Outros gastos operação	(1.225)	(1.085)
	(59.531)	(63.062)
Custos de monitoramento:		
Serviços de terceiros	(61)	(523)
	(61)	(523)
Custos de construção:		
Custos dos serviços de construção	-	(3.931)
	-	(3.931)
Total	(89.673)	(83.623)

- (i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia;
- (ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia;

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Serviços de terceiros (i)	(3.525)	(4.341)
Despesas com pessoal	(3.624)	(4.419)
Propaganda e publicidade	(29)	(378)
Gastos com viagens	(162)	(170)
Depreciação e amortização	(146)	(210)
Arrendamentos e aluguéis	(179)	(126)
Material, equipamentos e veículos	(134)	(173)
Impostos, Taxas e Cartório (ii)	3.340	(194)

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Associação de classe	(11)	(83)
Energia, telefone e correspondências	(38)	(43)
Contribuição patronal	(4)	(3)
Contingências	(41)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1.861)	(1.862)
Total	(6.414)	(12.002)

- (i) Referem-se a basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.
(ii) Referem-se a reversão dos débitos não tributários inscritos na dívida ativa da ANTT.

17. Resultado financeiro

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.493)	(5.040)
AVP sobre provisão para investimento e manutenção(i)	-	(6.260)
Multas e juros de mora parcelamento	(162)	(474)
Apropriação dos custos de transação	(183)	(22)
AVP sobre arrendamento	(19)	(36)
Outras	(1.112)	(1.209)
	(4.969)	(13.041)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	1.218	1.175
Outras receitas (ii)	3.954	6
	5.172	1.181
Resultado financeiro, líquido	203	(11.860)

- (iii) Por pagamento antecipado aos processos de multas emitidas pela ANTT, a Companhia obteve desconto financeiro, qual está reconhecida como uma receita financeiro no período findo 31 de março de 2025.

18. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 é demonstrada como segue:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Lucros/Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	42.241	2.674
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal	(14.362)	(909)
Incentivos Fiscais		
(-) Incentivos PAT	94	711
(-) Incentivos SUDENE	2.611	2.886
Adições/(exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	1.153	1.121
Outras, líquidas	7.892	(156)
IR e CS apresentados no resultado	(2.612)	3.653

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 encontra-se a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(2.612)	(1.067)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	-	4.720
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	(2.612)	3.653

19. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de março de 2025 e de 2024, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Lucros atribuível aos acionistas da Companhia	39.630	6.327
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	828.812	828.812
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação	0,048	0,008

20. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.339	1.465	2.804
Atualização monetária	49	-	49
Saldos em 31 de março 2024	1.388	1.465	2.853
Circulante	131	-	131
Não circulante	1.257	1.465	2.722
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2024	993	1.488	2.481
Constituição	41	-	41
Atualização monetária (reversão)	4	-	4
Saldos em 31 de março 2025	1.038	1.488	2.526
Circulante	131	-	131
Não circulante	908	1.488	2.396
	Trabalhistas	Tributárias	Total
Depósitos Judiciais			
Saldos em 31 de dezembro 2024	469	4.845	5.314
Adições	-	222	222
Baixa	(15)	-	(15)
Saldos em 31 de março 2025	354	5.167	5.521

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, com prognóstico de perda provável, baseado na avaliação

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

de seus assessores jurídicos, para os quais mantém provisão constituída em 31 de março de 2025 no montante de R\$ 2.527 (R\$ 2.481 em 31 de dezembro 2024);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, com prognóstico de perda possível, no montante estimado de R\$ 244.681 (R\$ 236.434 em 31 de dezembro de 2023), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Até 31 de março de 2025, a Companhia possui 380 (380 em 31 de dezembro de 2024) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total de R\$ 947.161 (R\$ 947.161 em 31 de dezembro de 2024) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o prognóstico de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, foi homologado o encerramento do Contrato de Concessão, com isso os valores de todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais atualmente abertos decorrentes de pleitos e litígios entre a Viabahia e ANTT, serão encerrados.

Com o encerramento do Contrato de Concessão, todos os processos judiciais, extrajudiciais e administrativos relacionados ao seu cumprimento deverão ser definitivamente extintos em relação à ViaBahia. Caberá à ANTT e à União adotar as medidas necessárias para essa extinção e arcar com eventuais custos. Caso isso não seja possível, a ViaBahia terá direito de regresso contra o Poder Concedente ou a ANTT. Até o momento do encerramento, ViaBahia e Poder Concedente deverão tomar todas as providências para viabilizar a transição ao novo responsável, incluindo a desistência ou extinção dos processos movidos pela Concessionária, como aqueles ligados a desapropriações, desocupações e questões ambientais.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

Se, após o encerramento, a ViaBahia continuar sendo parte em algum processo ou não for possível sua exclusão, ela manterá o direito de regresso, sendo o Poder Concedente ou a ANTT responsáveis por qualquer custo ou obrigação decorrente dessas demandas.

Desde 2017, temos um auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 30.386.

Em fevereiro de 2023, a Viabahia tomou conhecimento sobre decisão liminar proferida suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, sob condição suspensiva de atualização da garantia ofertada, em ação autônoma que os demais responsáveis tributários propuseram em face da Receita Federal. Os assessores jurídicos externos da Viabahia entendem que os efeitos dessa decisão se aplicam à Viabahia.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como possível o prognóstico de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

21. Gestão de riscos e instrumentos financeiros**a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(8.489)	(10.612)	(12.734)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	11.292	8.469	5.646

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	7,97%	9,96%	11,96%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	14,25%	10,69%	7,13%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Descrição	Saldo em 31/03/2025	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	69.478	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Empréstimos e fin. Nacional	106.515	Custo amortizado
Fornecedores	100.522	Custo amortizado
Outras contas a pagar	13.022	Custo amortizado

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, pode ser assim sumariado:

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	94.252	119.152
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	5.934	21.404
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(69.478)	(76.391)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	-	-
Dívida líquida	30.708	64.165
Total do patrimônio líquido	777.776	738.146
	0,04	0,09

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Para o trimestre findo em 31 de março de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de maneira regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

23. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	89.969	Setembro/25
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.000	Setembro/25
Riscos nomeados	Equipamentos rodoviários	640	Maió/25
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	166.470	Outubro/26
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/25
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/25

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- **Risco de engenharia / nomeados e operacionais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- **Garantia de execução da obra:** seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- **Seguro de responsabilidade civil geral:** cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- **Seguro de responsabilidade civil administradores:** cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

24. Eventos subsequentes

Foi formalizado, em 16 de abril de 2025, o termo aditivo ao contrato de concessão firmado entre a Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) e a União, estabelecendo um período de transição que se encerrará às 23h59 do dia 14 de maio de 2025. Durante esse intervalo, a Companhia permanecerá responsável pela operação, manutenção e conservação das rodovias sob sua administração, incluindo a gestão das praças de pedágio, assegurando à população condições seguras e funcionais de mobilidade.

Em 30 de abril de 2025, a União efetuou o pagamento da 1ª parcela do acordo de encerramento do contrato de concessão, no montante de R\$ 211.235 mil. Conforme estabelecido no termo aditivo firmado, nessa mesma data a Companhia promoveu a liquidação antecipada de todos os financiamentos contratados junto aos bancos BNDES, Votorantim, Haitong e Bradesco, totalizando o valor de R\$ 98.493 mil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia" ou "ViaBahia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 1.1 e 24 às informações contábeis intermediárias, que trata da solução consensual junto ao Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Tribunal de Contas da União, tendo por objeto o encerramento do Contrato de Concessão Edital nº001/2008 que resultou no encerramento das operações e o direito de exploração do sistema rodoviário das rodovias federais e estaduais BR 116, BR 324, BA 526 e BA 528 em 14 de maio de 2025, às 23h59. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria datados de 15 de maio de 2024 e 31 de março de 2025, respectivamente, com parágrafo de ênfase e sem ressalvas.

São Paulo, 15 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

José Pedro Guerreiro Bartolomeu, com endereço na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Jaracatiá nº, 106, CEP 41.820.665, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 839.240.945-00, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., instituição com sede na Cidade de Salvador, Estado Bahia, na Rua Jaracatiá nº, 106, CEP 41.820.665, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 10.670.314/0001-55 ("Companhia"), em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022 (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2025; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 15 de maio de 2025

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

José Pedro Guerreiro Bartolomeu, com endereço na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Jaracatiá nº, 106, CEP 41.820.665, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 839.240.945-00, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., instituição com sede na Cidade de Salvador, Estado Bahia, na Rua Jaracatiá nº, 106, CEP 41.820.665, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 10.670.314/0001-55 ("Companhia"), em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022 (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2025; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 15 de maio de 2025

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor de Relações com os Investidores